JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano V – Nº 1.006 – Brasília, sexta-feira, 17 de dezembro de 1999

CPI do Judiciário entrega relatório ao Ministério Público

Procurador-geral informa que vai designar quatro subprocuradores para examinar as conclusões da comissão sobre os nove casos investigados. Um grupo de senadores acompanhará os trabalhos

Ao entregar a Geraldo Brindeiro o relatório final, o senador Ramez Tebet *(D)* disse acreditar no empenho do Ministério Público para apurar as denúncias

O Ministério Público designará quatro subprocuradores especialmente para analisar as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou irregularidades no Judiciário. A garantia foi dada ontem pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, ao receber do senador Ramez Tebet o relatório final da CPI. O documento, elaborado pelo senador Paulo Souto, contém as conclusões sobre os nove casos investigados e recomendações sobre mudanças legislativas referentes ao tema.

Paulo Souto apresentou ao Senado nesta semana propostas de emenda constitucional inspiradas no trabalho desenvolvido pela comissão.

Página 3

Vinculação de recursos para agroindústria vai a plenário

Página 4

Senado aprovou 24 matérias na última semana antes do recesso

O plenário do Senado aprovou 24 matérias na última semana de trabalhos deste ano, entre elas uma proposta de emenda constitucional.

Página 3

Comissão Mista apresenta três propostas contra a pobreza

A Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza encaminhou à Mesa do Senado propostas que objetivam a criação de um fundo constitucional para o combate à miséria, a garantia de que o poder aquisitivo do salário mínimo será preservado e a instituição do "orçamento social".

Página 2

Trabalhos da comissão resultaram em três propostas de emenda constitucional voltadas para o combate à pobreza

CONVOCAÇÃO

Período extraordinário começará no dia 5 de janeiro

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem que a convocação extraordinária do Congresso Nacional começará no dia 5 de janeiro. A data foi definida em função da necessidade de reedição de medidas provisórias com cláusulas de anualidade, que serão assinadas no último dia de 1999; a partir daí, há um prazo constitucional de cinco dias para a convocação do Legislativo.

Página 2

Convocação extraordinária começa no dia 5

O presidente do Senado explicou a escolha da data em função da necessidade de reedição de medidas provisórias com cláusula de anualidade a serem assinadas em 31 de dezembro, levando o Legislativo a se reunir no prazo de cinco dias

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, confirmou na tarde de ontem que a convocação extraordinária do Congresso Nacional começará no dia 5 de janeiro, em função da necessidade de reedição de medidas provisórias com cláusula de anualidade, que serão assinadas no último dia de 1999; a partir daí, o Legislativo deve ser convocado no prazo de cinco dias.

– A Câmara e o Senado abrirão seus trabalhos no dia 5 e até o final da semana haverá trabalhos em comissões. A atividade mais intensa no Legislativo começará efetivamente a partir do dia 10 de janeiro – explicou.

Os trabalhos no Senado durante a convocação deverão ser dedicados à análise de propostas de emenda constitucional, como a que limita os gastos com as câmaras de vereadores; a que reformula o sistema de precatórios (previsão orçamentária para pagamento de dívidas judiciais) e a que assegura recursos mínimos para aplicação em saúde pelo poder público, além de uma série de projetos de lei, entre eles o que cria o Fundo de Universalização das Telecomunicações (Fust).

Na Câmara, deve ser analisado o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS), já aprovado no Senado, à proposta de emenda constitucional que proíbe a reedição de medidas provisórias pelo presidente da República. Os deputados também deverão apreciar dispositivos das reformas tributária e do Judiciário.

Para o Congresso Nacional, a pauta prevê a votação do Plano Plurianual 2000 a 2003 e o projeto de Lei Orçamentária para 2000.

Antonio Carlos diz ter dúvidas sobre o êxito da tentativa do governo de mudar a proposta das MPs

Emenda que limita medidas provisórias estará na pauta

A proposta de emenda constitucional (PEC) que regulamenta a edição de medidas provisórias "estará na pauta da convocação extraordinária do Congresso para janeiro", informou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Ele explicou que a pauta foi definida em contatos com o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, "já que é o governo quem estará convocando o Congresso".

Antonio Carlos confirmou que, apesar das restrições do Executivo à PEC que proíbe a reedição de MPs pelo presidente da República, o texto – já aprovado pelo Senado e pendente de apreciação pela Câmara dos Deputados – estará incluído entre as matérias a serem tratadas na convocação. Com relação ao anúncio feito pelo Palácio do Planalto, de que o presidente Fernando Henrique Cardoso estaria disposto a "lutar politicamente" na Câmara, buscando modificar o texto aprovado pelo Senado, o senador disse ter dúvida "quanto ao êxito da empreitada do Executivo".

O presidente do Senado afirmou ainda que dados oficiais do governo federal confirmam suas críticas à concentração de recursos no estado de São Paulo. Para ele, o fato aumenta a pobreza e as desigualdades. "Isso tem de mudar e vai mudar", garantiu.

Cristovam cumprimenta ACM pela ação contra a pobreza

Antonio Carlos recebeu de Cristovam Buarque um exemplar do livro *A 2ª Abolição*

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu na manhã de ontem o ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, que o cumprimentou "pela iniciativa de lançar um debate nacional e trazer para dentro do Congresso Nacional a questão do combate à pobreza". Cristovam entregou ao presidente do Senado um exemplar de seu novo livro, *A 2ª Abolição*, que tem por base o depoimento prestado pelo ex-governador petista à Comissão Especial do Congresso Nacional que estudou a questão da pobreza brasileira.

De acordo com Cristovam, o livro propõe uma ampla coalizão ética e suprapartidária para levar a nação brasileira a realizar sua segunda grande abolição. "Depois de abolir a escravatura, vamos abolir a pobreza", disse. O ex-governador considera a iniciativa do senador Antonio Carlos Magalhães, que trouxe o debate para o Congresso a partir de um pronunciamento no Senado, em que apresentou uma emenda constitucional, e a instalação de uma comissão especial mista "os pontos altos do Congresso neste ano". Ele avalia que a erradicação da fome "deveria ser o grande objetivo para o início do próximo milênio".

Encaminhadas propostas de combate à miséria

Três propostas de emenda constitucional foram encaminhadas à Mesa do Senado na quarta-feira pela Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza. As matérias objetivam a criação de um fundo constitucional para o combate à miséria, a garantia de que o poder aquisitivo do salário mínimo será preservado e a instituição do "Orçamento Social", que concentrará os recursos destinados a ações públicas para a área social. Essas propostas poderão ser incluídas na pauta da convocação extraordinária, que começa em 5 de janeiro.

A emenda que cria o fundo de combate à pobreza também prorroga até 2010 a cobrança da CPMF. A proposta assemelha-se à encaminhada em agosto pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e prevê que o fundo será constituído, entre outros, por parte dos recursos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre produtos supérfluos, fumo e bebidas alcóolicas.

De acordo com a proposta, pelo menos 75% dos recursos do fundo serão aplicados em programas sociais destinados ao desenvolvimento físico e mental de crianças carentes. Os 25% restantes serão empregados na implantação e manutenção de creches e pré-escolas, em programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais de famílias pobres, na criação de frentes de trabalho, em programas fundiários que gerem emprego no campo e ao apoio a agricultores familiares pobres, especialmente no Nordeste. Também prevê a aplicação de recursos na concessão de microcrédito.

Maguito Vilela presidiu a Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza

SALÁRIO MÍNIMO

Os parlamentares da comissão, presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), também defendem que seja obrigatória a revisão anual do poder aquisitivo do salário mínimo, independentemente da periodicidade dos reajustes. Eles argumentam que os estudos desenvolvidos pela comissão demonstraram que o salário mínimo é o principal regulador de renda do país e, por isso, precisa ter seu valor preservado.

A proposta que cria o Orçamento Social também inclui entre as obrigações do Estado a garantia de que todo cidadão brasileiro tenha uma renda mínima suficiente, pelo menos, para os gastos com alimentação, vestuário, moradia e locomoção. Os recursos para essa finalidade, assim como os destinados a todas as ações de combate à pobreza, deverão ser centralizados no Orçamento Social.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: Marcos Magalhães
Editores: Djalba Lima, Sylvio Guedes, Sylvio Costa, João Carlos Ferreira da Silva e Denise Resende Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Quatro subprocuradores analisarão conclusões da CPI

Informação foi transmitida pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, aos parlamentares que lhe entregaram os resultados da investigação feita pelo Senado sobre irregularidades praticadas no Poder Judiciário

Quatro subprocuradores serão designados especialmente para analisar as conclusões da CPI que investigou irregularidades no Judiciário. A garantia foi dada ontem ao senador Ramez Tebet (PMDB-MS), que presidiu a comissão de inquérito, pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, durante ato que marcou a entrega do relatório final da CPI ao Ministério Público. O documento, elaborado pelo senador Paulo Souto (PFL-BA), contém as conclusões sobre os nove casos investigados e recomendações sobre mudanças legislativas referentes ao tema.

Ramez Tebet disse ter certeza de que o Ministério Público se empenhará na apuração das denúncias apresentadas pela CPI e informou que uma comissão de senadores irá acompanhar o trabalho do Ministério Público. "Acho que assim as coisas agora mudarão de rumo. Vem aí a reforma do Judiciário, que, junto com as conclusões da CPI, contribuirá para aperfeiçoar o Poder Judiciário no Brasil", acrescentou.

Entre outros pontos, o relatório defende mudanças na Constituição para ampliar os poderes das CPIs, permitindo que as comissões tenham permissão para decretar a indisponibilidade de bens dos investigados. O documento também recomenda a instituição do controle externo do Judiciário e uma ampla reformulação da Justiça do Trabalho.

O procurador-geral também decidirá se irá aprofundar as investigações sobre possíveis relações entre o grupo OK e o grupo Monteiro de Barros, responsável pela obra de construção do prédio das juntas de Conciliação e Julgamento do TRT-SP na capital paulista.

Estiveram presentes à solenidade de entrega do relatório-geral os senadores José Agripino (PFL-RN), Djalma Bessa (PFL-BA) e Maguito Vilela (PMDB-GO), que também integraram a CPI.

Maguito Vilela, José Agripino, Ramez Tebet e Djalma Bessa foram à Procuradoria Geral da República entregar o relatório final da CPI

Souto quer que comissões tenham poder de tornar bens indisponíveis

As comissões parlamentares de inquérito (CPIs), além dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, poderão vir a ter também o poder de determinar a indisponibilidade dos bens de investigados, o mesmo poder cautelar assegurado aos magistrados. Este é o teor de proposta de emenda constitucional apresentada pelo senador Paulo Souto (PFL-BA) com o objetivo de garantir o devido ressarcimento ao erário de prejuízos provocados por pessoas investigadas por CPIs.

A PEC modifica o parágrafo 3º do artigo 58 da Constituição, que define os poderes das CPIs criadas isolada ou conjuntamente pela Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Conforme o senador, o Supremo Tribunal Federal (STF) tem proferido várias interpretações sobre o mesmo artigo, definindo progressivamente poderes e limites à ação das CPIs criadas no Congresso. O STF, por exemplo, reconheceu o poder de as CPIs determinarem a quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal de pessoas investigadas, desde que apresentem motivo para tal.

No entanto, argumenta Paulo Souto na justificação de sua proposta, ao outorgar poderes de investigação às CPIs, o STF excluiu deles os poderes acautelatórios próprios dos magistrados, "que se revelaram absolutamente adequados, em circunstâncias excepcionais, para assegurar o ressarcimento dos prejuízos causados ao erário".

A mudança constitucional foi inspirada na Constituição italiana e, conforme o senador, não representa restrição alguma ao direito de propriedade nem gerará abusos por parte das CPIs, mesmo porque cabe ao Poder Judiciário a apreciação de eventuais casos de ameaças a direitos.

Paulo Souto: proposta tem como objetivo garantir ressarcimento de prejuízos causados ao erário

Emenda confere ao STF atribuição de julgar juízes

O senador Paulo Souto também apresentou proposta de emenda constitucional (PEC) que dá ao Supremo Tribunal Federal (STF) competência para julgar, originariamente, nos crimes de responsabilidade, os juízes de direito, juízes federais, os desembargadores e membros dos tribunais regionais federais.

Segundo o senador, na ordem constitucional vigente, os magistrados não são apenas julgados por seus pares, mas se encontram em relação de proximidade com os julgadores, o que não contribui para a necessária isenção e colabora para a afirmação de tendências corporativistas. "Foi o que se pôde sobejamente comprovar no desenrolar dos trabalhos da CPI do Judiciário", afirmou o senador, que foi o relator da CPI.

– Os juízes federais, para dar um exemplo, são hoje julgados pelos tribunais regionais federais, não apenas nos crimes comuns mas também nos de responsabilidade. Pela nossa proposta, permanece a competência dos TRFs para julgar os juízes federais nos crimes comuns, mas nas infrações político-funcionais, que nossa Lei Magna denomina de crimes de responsabilidade, a competência passaria a ser do Supremo Tribunal Federal – disse o parlamentar.

O senador Paulo Souto acredita que, por sua composição, hierarquia, responsabilidade e, especialmente, pelo maior afastamento da jurisdição comum, o STF tem melhores condições para processar e julgar magistrados, sem dar espaço a favorecimentos e preconceitos de qualquer natureza. A PEC de Souto mantém a competência do Senado Federal para o julgamento, na hipótese de crime de responsabilidade, dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Senado aprovou 24 matérias nesta semana

Na última semana de trabalhos deste ano, o plenário do Senado aprovou 24 matérias, entre elas a proposta de emenda constitucional que assegura aos remanescentes dos quilombos o direito de propriedade das terras que ocupam, encaminhada ao exame da Câmara dos Deputados.

Os senadores aprovaram também projeto de lei complementar adiando para 2003 o não recolhimento do ICMS, previsto na Lei Kandir. A medida deveria entrar em vigor em 1º de janeiro, mas grande parte dos estados e municípios ainda não se encontra em condição de efetuar a mudança.

O Senado também aprovou dois textos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) contra o trabalho infantil – promulgados na sessão do Congresso Nacional de terça-feira –, além de alteração da CLT criando as comissões de conciliação prévia.

Foram confirmadas as indicações de Flávio Bierrenbach, para vaga de ministro do Superior Tribunal Militar, e de José Israel Vargas, para chefiar a delegação na Unesco; aprovadas a uniformização dos procedimentos de todos os cartórios de notas e registros e a redução da jornada de trabalho de enfermeiros, técnicos, auxiliares de enfermagem e parteiras, para seis horas diárias ou trinta semanais.

Ainda nesta semana, o plenário autorizou o refinanciamento das dívidas de Rondônia com a União; a renovação de cinco concessões de radiodifusão e empréstimos para a federalização do Banco do Estado de Santa Catarina, investimentos do BNDES, os hospitais universitários e o projeto de recursos hídricos do Ceará.

Os senadores também decidiram marcar, para o dia 22 de janeiro de 2000, sessão especial para homenagear o ex-senador Petrônio Portella, no transcurso do vigésimo aniversário de sua morte, e aprovaram proposta dando o nome do ex-parlamentar ao Aeroporto de Teresina (PI).

COMISSÕES

Uma subcomissão permanente, destinada a acompanhar as conclusões da CPI do Judiciário, foi criada no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), com o objetivo de acompanhar e fiscalizar o tratamento dado às denúncias enviadas ao Ministério Público.

A CCJ deu parecer favorável a emenda constitucional aumentando a idade mínima para aposentadoria proporcional do servidor público, e a projetos que retiram a Petrobras do Programa Nacional de Desestatização e alterando a Lei das Licitações para permitir a renovação das concessões de bancas de jornais e revistas.

Outro projeto na pauta da CCJ nesta semana, o que altera o Código Penal para considerar agravante o fato de o crime ter sido cometido por policial, aguarda votação em turno suplementar. A matéria tramita em caráter terminativo, ou seja, poderá ser aprovada sem necessidade de apreciação pelo plenário, a não ser em caso de manifestação expressa de senador.

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e crédito para Rondônia, e a de Infra-Estrutura (CI), a utilização do gás natural como combustível e a indicação de Elói Fernandez y Fernandez para a diretoria da Agência Nacional de Petróleo.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou a instituição da Linha Oficial de Pobreza e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Matérias aprovadas pelo Senado

(De 13 a 15 de dezembro de 1999)

Emenda constitucional enviada à Câmara	1
Projetos aprovados e enviados à sanção	4
Projetos aprovados e enviados à promulgação	16
Indicação de chefe de missão diplomática	1
Indicação de autoridade	1
Projeto aprovado e enviado à Câmara	1
Total	**24**

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

Plenário votará percentual mínimo para agroindústria

Aprovado pela CAE, projeto do senador Álvaro Dias determina aplicação pelo BNDES de pelo menos 22% no setor

Projeto que obriga o BNDES a aplicar no mínimo 22% de seus recursos em financiamentos do setor de agroindústria, aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), será apreciado pelo plenário, em função de recurso nesse sentido encabeçado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). A data de votação ainda será definida.

De autoria do senador Álvaro Dias (PSDB-PR), o projeto estabelece que as áreas de agropecuária e de alimentos deverão ser as prioridades do BNDES na aplicação de tais recursos. Na CAE, a matéria recebeu parecer favorável do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), que destacou a importância da nova destinação de recursos para o fomento da agroindústria brasileira.

Álvaro Dias: agropecuária e alimentos terão prioridade na aplicação dos recursos

Catorze senadores votaram favoravelmente ao projeto na CAE, argumentando principalmente que o estabelecimento de um limite mínimo de aplicação dos recursos do BNDES na agroindústria é uma forma de obrigar o banco a ajudar o setor. Os seis senadores que se manifestaram contrários à aprovação argumentaram que o projeto levará a um "engessamento" dos recursos do BNDES e que a medida não terá resultados práticos.

De acordo com Gilberto Mestrinho, tem havido, nos últimos anos, redução expressiva do apoio do BNDES à agroindústria. Em 1994, informou, a participação da agroindústria no orçamento do banco alcançou 29% do total. Em 1998, acrescentou, esse percentual foi reduzido para 13%.

Ademir Andrade propõe penas socioeducativas para adolescentes

A fim de aperfeiçoar a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou projeto para que, conforme a gravidade da infração e a proximidade do infrator adolescente da idade adulta, a autoridade judiciária possa submetê-lo a medida socioeducativa compatível com o crime.

O parlamentar disse que seu propósito é fazer com que os menores infratores sujeitem-se a medidas socioeducativas e que as sanções a eles imputadas contribuam para conscientizá-los das responsabilidades pelos atos cometidos. A hipótese da infração ser cometida pelo menor às vésperas de completar 18 anos de idade, fato considerado comum, foi levada em consideração pelo senador.

Como a idade para efeito da aplicação da penalidade é a da data da infração, Ademir Andrade disse que a realidade registra constantemente casos concretos de violências graves praticadas por jovens vigorosos que, ao atingir 18 anos, saem do universo regido pelo Estatuto da Criança.

Ademir quer conscientizar infratores das responsabilidades pelos atos cometidos

Nesse caso, explicou, não se pode mais aplicar a medida socioeducativa da internação, pelo fato de o infrator não ser mais adolescente, nem se pode processar ação penal, pois, na ocasião do delito, o jovem era inimputável. Seu projeto determina que as penalidades previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente sejam aplicadas independentemente de o infrator ter atingido a maioridade penal.

Patrocínio pede ao governo urgência na aprovação do Tribunal Penal Internacional

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) pediu ao governo mais rapidez no processo de inserção do Brasil entre os países que ratificam o acordo que cria o Tribunal Penal Internacional. O estatuto do tribunal, que seria responsável pela defesa mundial dos direitos humanos, foi assinado por 83 nações componentes da Organização das Nações Unidas (ONU), mas foi ratificado por apenas quatro. "Para entrar em vigor, é necessário que 62 países ratifiquem o estatuto até 31 de dezembro do próximo ano", alertou o senador.

Carlos Patrocínio

– Sabe-se que o Brasil votou favoravelmente à criação do Tribunal Penal Internacional, assinando a ata correspondente à conferência da ONU de junho e julho do ano passado, mas não o estatuto. Em data mais recente, o governo, antes de submeter a questão ao Poder Legislativo, julgou necessário esclarecer pontos que parecem conflitar com a nossa Constituição, como é o caso da pena de prisão perpétua e da "entrega de nacionais" – explicou.

O senador observou que muitos países enfrentam esse tipo de problema relacionado à perda de imunidade de chefes ou ex-chefes de Estado, ou de qualquer outra autoridade passível de ser julgada pelo tribunal. Segundo Patrocínio, o Ministério das Relações Exteriores explicou que a "entrega de nacionais" a uma jurisdição internacional estabelecida em tratado multilateral é incomum ao Direito brasileiro, uma vez que o instituto é distinto da extradição, que tem caráter de cooperação binacional.

De acordo com Patrocínio, há quem defenda a tese de que, nesse ponto, tratam-se de institutos diferentes. "Mesmo porque a jurisdição do Tribunal Penal Internacional é complementar à do Brasil, sem substituí-la. Havendo a capacidade de a nossa Justiça fazer o julgamento, é ela que vai julgar, intervindo o tribunal apenas quando comprovada a nossa incapacidade de administrar justiça ante ocorrências de guerra civil, conflito internacional ou colapso do Poder Judiciário", explicou.

Moreira Mendes sugere a federalização de rodovia de RO

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apresentou projeto, a ser analisado pela Comissão de Infra-Estrutura, incluindo trecho da rodovia RO-133 no Sistema Rodoviário Nacional. Em sua opinião, a medida é necessária e urgente para inserir Rondônia no mapa do desenvolvimento nacional.

Moreira Mendes: medida é necessária e urgente

Para Moreira Mendes, essa federalização servirá para retirar do isolamento "a população trabalhadora da região nordeste de Rondônia, dando-lhe perspectiva de um futuro mais promissor". O trecho que ele pretende incluir no Sistema Rodoviário Nacional tem 237,80 quilômetros. O senador explicou que a medida criará importante eixo transversal de integração territorial, formado pela BR-429, que se inicia na fronteira do estado com a Bolívia e termina na BR-364, seguindo por um trecho de 78 quilômetros entre a cidade de Ji-Paraná e Ouro Preto d'Oeste, e pela RO-133, no trecho de Ouro Preto d'Oeste a Tabajar.

Mozarildo quer exame de sanidade mental para profissionais da saúde

Projeto apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) torna a comprovação de sanidade mental requisito obrigatório para a colação de grau em cursos de graduação e de formação profissional na área de saúde. A proposta atinge os formandos em medicina, enfermagem, odontologia, farmácia, nutrição, fisioterapia, psicologia, serviço social e educação física, além daqueles que concluírem cursos técnicos e de auxiliar na área.

Mozarildo Cavalcanti pretende tornar a comprovação requisito obrigatório para colação de grau

Na justificação da proposta, Mozarildo afirma que as escolas que formam profissionais de saúde têm permitido que estes cheguem à graduação "sem terem passado pela mais comezinha avaliação de seu estado psíquico e emocional". O senador lembrou que fatos recentes demonstram as conseqüências trágicas para a sociedade decorrentes de tal atitude. Mozarildo citou pesquisa publicada recentemente, mostrando que cerca de 20% dos estudantes de medicina do estado de São Paulo são usuários de drogas ilícitas.

– São evidentes os riscos de colocar a vida de pessoas nas mãos de um trabalhador de saúde com distúrbios emocionais ou de personalidade, ou sob o efeito de uma droga psicotrópica – alertou.

Paulo Hartung aponta saídas para a pobreza

Para senador, a erradicação da miséria passa por medidas como reforma agrária, fortalecimento da agricultura familiar, microcrédito, autogestão e programas de renda mínima, associados à escolarização e à capacitação profissional

Hartung diz que não há razões econômicas que justifiquem os níveis de pobreza do país

Depois de examinar o relatório da Comissão Mista Especial para a Erradicação da Pobreza, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) apontou, como saídas para a pobreza, a reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar, o microcrédito, a autogestão, a atenção integral à criança e ao adolescente e os programas de renda mínima, associados à capacitação profissional e à escolarização de jovens e adultos.

Segundo Hartung, não há razões de ordem econômica que justifiquem mais os níveis de pobreza existentes no Brasil. "Nem a falta de recursos públicos serve de justificativa. O país é capaz de produzir todos os bens necessários ao consumo e aos investimentos internos. É dotado de empresas competentes, de qualidade e com forte presença competitiva nos mercados internacionais. Também é um país que já gasta na área social um montante de recursos compatível com a erradicação da pobreza", disse.

Hartung ressaltou que, como atesta o relatório da comissão, o êxito das políticas públicas de combate à pobreza depende da plena integração de todos os níveis de governo, com ênfase especial nos governos locais. "Ao mesmo tempo, o relatório cita a descentralização como uma das condições indispensáveis para o sucesso de inclusão social."

O senador pelo Espírito Santo também enfatizou a necessidade de integrar aos esquemas de execução e de controle as entidades da sociedade civil que tiverem tradição e idoneidade e que sejam expressão legítima da organização voluntária da sociedade.

Ao concluir o pronunciamento, Hartung destacou que, nessa virada de século, entre tantos desafios que se apresentam para a sociedade brasileira, nos campos econômico e social, está o de interromper a "cadeia de reprodução da pobreza", promovendo a inserção social e a igualdade de oportunidade para todos.

Senador defende manutenção do Programa Especial de Treinamento

Criticando o que chamou de "grave equívoco" do Ministério da Educação, que pretende extinguir o Programa Especial de Treinamento (PET), da Fundação Capes, o senador Paulo Hartung defendeu a manutenção do programa. Ele também cobrou relatórios das atividades dos 314 grupos PET dos anos de 97 e 98, e contestou a alegação de que o programa é elitista e atinge poucos estudantes.

– Ao contrário, o programa, ao formar grupos, permite uma atuação coletiva, incentiva a interdisciplinaridade e só não é mais democrático porque não foi ampliado o suficiente – argumentou.

Os 20 anos de vigência do PET, disse Hartung, demonstram que o objetivo de desenvolver e integrar as áreas de ensino, pesquisa e extensão foi atingido, promovendo uma formação intelectual mais abrangente e maior intercâmbio de conhecimento. Já a avaliação do Programa Graduação "Sanduíche", também gerido pela Capes e que possibilita cursos no exterior, não seria tão positiva, na opinião de Hartung.

Segundo disse, as "bolsas sanduíche", criadas no atual governo, têm beneficiado exatos 240 universitários das áreas de Engenharia e Agronomia. Ao custo de R$ 6 milhões ao ano, o equivalente a seis vezes mais que as despesas com o PET, eles são mantidos durante um ano em cursos e estágios no exterior. A justificativa do ministério, afirmou, é a de que, ao retornarem ao país, os bolsistas teriam "condições de modificar o currículo de suas universidades e possibilitar que diplomas estrangeiros sejam reconhecidos no Brasil".

Paulo Hartung também solicitou ao Ministério da Educação uma avaliação do Programa Graduação Sanduíche. Ele se referiu ainda à importância de audiência pública sobre o PET, a ser realizada em março de 2000 na Comissão de Educação, conforme requerimento aprovado, de iniciativa da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS).

Modelo de financiamento da privatização pode levar o país a "cavar sua sepultura"", diz Amorim

Amorim condena operação do BNDES em favor de empresas estrangeiras

Os empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a companhias multinacionais para que elas comprem empresas estatais brasileiras através do programa de privatização, foram criticados pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO). Para ele, o custo dessa política tem sido o desemprego de técnicos qualificados e o aumento da dívida externa.

Amorim lembrou que a idéia da privatização foi vendida com o argumento de que traria investimentos externos, o que, segundo ele, era necessário, pois o Brasil não tinha poupança interna, e precisava de dólares para assegurar a estabilidade do real até a adoção das reformas que modificariam a estrutura da economia brasileira.

– Colocamos o patrimônio nacional à venda, mas estamos precisando emprestar dinheiro às empresas multinacionais e tomar esse dinheiro emprestado no exterior, em dólar. Esses dólares ficam disponíveis nas reservas cambiais do Brasil, e são usados pela própria empresa beneficiada para enviar seus lucros à matriz, lá fora – condenou.

Ele alertou para o fato de que será preciso pagar esses dólares captados no exterior e, para isso, novos empréstimos serão feitos pelo Brasil, "subordinando nossa economia às regras de desemprego e recessão do FMI". "Continuar com essa atitude é cavar a sepultura do Brasil", completou ele.

Parlamentar teme por futuro de ações de defesa agropecuária

O senador Ernandes Amorim criticou as mudanças que vêm sendo feitas na Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, onde, segundo observou ele, um amplo programa de controle de zoonoses, principalmente da febre aftosa, vinha obtendo resultados. O "esvaziamento" do programa decorreu da troca de ministros, de acordo com o senador.

– Não se pode mais admitir que um setor que está realizando um bom trabalho seja prejudicado pela chegada de um novo ministro e por questões de assessoria. O dinheiro público não pode ficar sendo gasto em tentativas administrativas – afirmou Amorim.

No entendimento do senador, o novo titular de uma pasta não pode desmontar toda a estrutura que encontra no ministério, embora correções sejam necessárias. O mais acertado, afirmou, é aprimorar, e não paralisar as atividades, principalmente aquelas que estão funcionando bem. Amorim lamentou o novo ritmo do programa de controle de zoonoses, especialmente pelo fato de Rondônia ser um estado eminentemente agrícola e pecuarista.

Amorim estendeu suas críticas à política macroeconômica, guiada por uma orientação que, em sua avaliação, buscou desde o início a abertura descuidada do país ao mercado global e ao livre fluxo de capitais. Conforme o senador, para atrair investidores externos, o governo criou uma dívida interna de grandes proporções. Com isso, o pagamento dos juros desvia recursos que deveriam estar sendo aplicados em educação, saúde, infra-estrutura e financiamento da produção, o que causou desemprego e recessão, opinou o senador.

Até a expectativa em relação à última reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) se frustrou, prosseguiu, porque não se verificou a eliminação de barreiras alfandegárias pelos países ricos ou a concessão de subsídios à agricultura. "Mais uma vez, a diplomacia brasileira mostrou que não cumpre suas funções de maneira adequada", afirmou.

O senador Sérgio Machado vê riscos de desertificação do sertão nordestino

Machado cobra medidas contra a seca no Nordeste

"Não podemos permitir que o sertão vire deserto", disse o senador Sérgio Machado (PSDB-CE), relatando a situação crítica em que se encontra o Nordeste brasileiro, que vem sofrendo com a seca, como ocorreu no ano de 1998. "A tragédia estava anunciada e, mesmo assim, as medidas preventivas demoraram. Quando chegaram, tiveram pouco efeito", analisou.

Além da seca, afirmou o senador, a região já se encontra em avançado estado de desertificação. Seus efeitos podem se fazer sentir, segundo ele, na diminuição da disponibilidade de recursos hídricos, com o assoreamento de rios e reservatórios, e na perda física e química dos solos, que leva à redução da produtividade da agricultura.

Sérgio Machado relatou ainda que o Brasil perde cerca de US$ 300 milhões ao ano com a desertificação, e que seria necessário um investimento de US$ 2 bilhões durante 20 anos para reverter o processo, segundo dados da III Conferência das Nações Unidas sobre Desertificação e Seca, realizada em Olinda, no mês de novembro.

– Ocorre que esse é um problema tido como "dos pobres". Diferentemente de mudanças climáticas que atingem todo o planeta, como o efeito estufa e a perda da biodiversidade, ele não atrai o interesse dos países ricos. A desertificação está mais restrita aos países subdesenvolvidos – disse ele.

Iris prevê investimentos maciços em habitação

Parlamentar diz que governo federal anunciará a construção de 2 milhões de unidades habitacionais, gerando assim 600 mil empregos diretos e contribuindo para trazer o otimismo de volta ao país

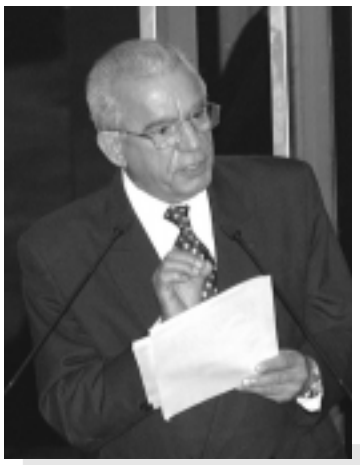
Jucá destacou o ressarcimento, imposto pela Aneel, dos prejuízos causados pelo blecaute de março

A construção de 2 milhões de moradias nos próximos quatro anos, meta que deverá ser anunciada em breve pelo governo como parte do Programa Nacional de Habitação Popular, foi saudada pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO). Para ele, tais investimentos permitirão ao país ingressar num novo período de otimismo e confiança para a sociedade.

Ao pedir apoio do senadores ao programa, que, segundo ele, deverá gerar 600 mil empregos diretos, Iris destacou que a iniciativa poderá acabar com até 70% do atual déficit habitacional urbano, oferecendo prazo de até 20 anos para o pagamento da moradia, com o valor das prestações limitado a, no máximo, 20% da renda do mutuário. Os cálculos realizados até agora indicam que cada prestação ficaria entre R$ 30 a 50 por mês.

Segundo Iris, o Programa Nacional de Habitação Popular prevê a execução de projetos integrados nos setores de educação, saúde e formação profissional, envolvendo estados e municípios e gerando grandes transformações no cenário urbano.

– Conquistar um endereço definitivo significa ter acesso ao sentido mais abrangente da cidadania. As famílias ganham dignidade, ficam livres dos ambientes promíscuos, se inserem num contexto civilizado, passam a ter motivos para acreditar e lutar por uma vida melhor. Inevitavelmente, diminuem os índices de violência. Reforça-se o sentimento de solidariedade. O Brasil ganha. Todos ganham – disse.



Para Iris Rezende, ter moradia "significa ter acesso ao sentido mais abrangente da cidadania"

Iris destacou ainda que vem percebendo nos últimos dias sinais claros de que a política habitacional do país caminha para importante guinada. Dentre eles, o fato de que a Comissão pela Erradicação da Pobreza, presidida pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO), ao criar fundo constitucional para combater a miséria, ter previsto a destinação de volume significativo de recursos para o setor. Dos R$ 6 bilhões previstos para o ano 2000 e dos R$ 10 bilhões disponibilizados para os próximos 10 anos a partir de 2001, 25% seriam destinados à moradia, reforma agrária e financiamento a microempresas.

Para o senador, é também alentadora a proposta de emenda constitucional de autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) que consagra a moradia como direito social. Já aprovada no Senado, ela está em tramitação na Câmara dos Deputados, que também deve acatá-la, conforme prevê Iris. Ele também ressaltou a recente assinatura pelo secretário especial de Desenvolvimento Urbano, Ovídio De Angelis, em Washington, de contrato que representará investimentos diretos no Brasil de R$ 400 milhões, originários do plano Habitat-BID.

Jucá elogia a ação da Agência Nacional de Energia Elétrica

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) aplaudiu o trabalho da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na execução da política energética nacional, seguindo as diretrizes apontadas pelo Ministério de Minas e Energia. Jucá disse que, desde sua criação, a Aneel fiscalizou 100% das concessionárias de serviço público.

O senador destacou a atuação da agência na imposição do ressarcimento dos consumidores em decorrência dos prejuízos do blecaute que, no último mês de março, afetou 12 estados. "A Aneel aplicou multas em torno de R$ 4 milhões às duas empresas responsáveis e monitorou pedidos de ressarcimento por parte de 15 mil consumidores, com indenizações da ordem de R$ 1,4 milhão", ressaltou.

Do ponto de vista da expansão da capacidade de geração, a Aneel promoveu, nos últimos dois anos, conforme Jucá, licitações de nove empreendimentos que totalizaram 2,8 milhões de quilowatts. "Nesse período, cerca de 300 mil moradores das regiões Norte e Centro-Oeste passaram a contar com o abastecimento de energia elétrica em suas casas", disse.

Bezerra pede tarifas públicas menores para os mais pobres

A tarifa social para os usuários de baixa renda é não somente necessária e justa, mas perfeitamente viável do ponto de vista econômico-financeiro, conforme destacou o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) ao manifestar apoio ao Projeto de Lei nº 610, de autoria do senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Carlos Bezerra considera que a proposta de Geraldo Melo oferece solução para dois problemas que preocupam o país: o "assustador" encarecimento das tarifas de serviços públicos, principalmente para os usuários mais pobres, e os equívocos constatados no modelo de privatização até agora aplicado pelo governo.

O senador ressaltou que sua experiência como governador de Mato Grosso mostrou ser possível assegurar justiça social fazendo com que os consumidores de renda elevada subsidiassem os de baixa renda.

Segundo Carlos Bezerra, para as faixas de consumo mais modestas, as alíquotas do ICMS eram acentuadamente mais baixas. Para consumo residencial de até 50 quilowatts-hora, que caracteriza um padrão de vida pobre, a energia elétrica era totalmente isenta de ICMS. A faixa de consumo mais alta, acima de 300 quilowatts-hora, tinha alíquota de 25% de ICMS no consumo comercial e industrial, e de apenas 17% no consumo residencial. Havia ainda faixas intermediárias: no consumo residencial, na faixa de 50 a 150 quilowatts-hora, a alíquota era de apenas 5%; e para 150 a 300 quilowatts-hora, de 10%.

Carlos Bezerra observa que o projeto de Geraldo Melo transforma em direito a tarifa social que é hoje resultado apenas da ação isolada de alguns governantes e pretende, em relação aos serviços de água e esgoto, evitar que se repita o que ocorreu com a privatização da energia elétrica: os consumidores de baixa renda viram, repentinamente, suas contas de luz elevarem-se a níveis insuportáveis.

Carlos Bezerra também defende mudanças no atual modelo de privatização de estatais

No que se refere ao processo de privatização, o projeto prevê, diz Carlos Bezerra, um mecanismo de obrigatória ampliação dos serviços, ao estabelecer que o poder público manterá as ações que possui da empresa de água e esgoto. Estabelece ainda que empresas privadas, para assumir o controle acionário, serão obrigadas a injetar um grande volume de recursos naquilo que consistir em aumento de capital.

Luiz Estevão: percentual mínimo de 3% para a contratação de portadores de deficiência física

Luiz Estevão sugere reserva de vagas para os deficientes

Toda empresa privada que tenha mais de cem empregados será obrigada a ter em seu quadro funcional um percentual mínimo de 3% de pessoas portadoras de deficiência física, conforme projeto de lei apresentado pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF). A proposta encontra-se na Comissão de Assuntos Sociais, que a apreciará em caráter terminativo.

Pelo projeto, a fiscalização do cumprimento da medida deverá ficar a cargo das entidades de classe correspondentes. A empresa que não empregar o percentual estipulado de deficientes físicos ficará impedida de participar de quaisquer transações financeiras em estabelecimentos de crédito oficiais.

Na justificação da proposta, Estevão afirma que ela vai ao encontro de recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e da Organização Mundial da Saúde (OMS), que procuram sensibilizar as sociedades nacionais para a importância de integrar as pessoas portadoras de deficiências físicas ao mundo produtivo.

O senador acrescenta que, ao assegurar o cumprimento do percentual mínimo obrigatório por meio da fiscalização direta por entidade de classe relacionada a cada atividade profissional, sua proposta é coerente com o preceito constitucional de garantir maior participação da sociedade civil nas políticas públicas.

Filme *O Pagador de Promessas* é a atração de hoje da TV Senado

A TV Senado apresenta hoje, às 23h30, e sábado e domingo, à meia-noite, o filme *O Pagador de Promessas,* de Anselmo Duarte. Filmado em 1962, vencedor da Palma de Ouro de melhor filme no festival de Cannes e indicado para o Oscar de melhor filme estrangeiro, *O Pagador de Promessas* entrou para a história do cinema brasileiro como exemplo de qualidade técnica e importância temática. Estão no elenco Leonardo Vilar, Glória Menezes e Norma Bengell, entre outros.

Também hoje, às 14h30, a TV Senado reapresenta a reunião da Subcomissão de Rádio e TV que discutiu a violência na televisão. Participaram da audiência pública a ex-deputada Marta Suplicy e representantes do Grupo TVer, uma organização não governamental, que analisa os impacto da violência na mídia.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h – *Saúde Todo Dia* – Atividade: Unibiótica
6h30 – *Especial Unip* – Assunto: Alergia (3ª parte)
6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* – Atividade: Ginástica especializada
7h30 – *Especial Unip* – Assunto: Alergia (3ª parte)
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h25 – *Senado em Pauta*
8h30 – *Entrevista* – O senador Álvaro Dias fala sobre a CPI dos Bancos
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – *Debate* – O senador Jefferson Péres e o prof. da UFMG, Menelick de Carvalho, falam sobre PEC que limita o uso de medidas provisórias
9h55 – *Senado em Pauta*
10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado em 15.12.99)
12h30 – *Entrevista* – O senador Álvaro Dias fala sobre a CPI dos Bancos
13h – *Cores do Brasil* – Em destaque: Belém
13h30 – *Agenda Econômica* – O economista Dércio Munhoz fala sobre inflação
14h30 – Subcomissão de Rádio e TV (gravado em 7.12.99)
17h30 – *Debate* – A senadora Emilia Fernandes e o senador Pedro Simon falam sobre a violência na mídia
18h30 – *Entrevista* – O senador Carlos Patrocínio fala sobre a utilização do gás natural como combustível
19h – *Cores do Brasil* – Em destaque: São Luís
19h30 – *Síntese* – O Brasil do novo milênio
20h30 – *Entrevista* – O senador Álvaro Dias fala sobre a CPI dos Bancos
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – *Consulta Marcada* – O médico Múcio Porto fala sobre cirurgia plástica
22h30– Teatro Arthur Azevedo – Espetáculo: *Aprile Millo in concert*
0h – Filme – *O Pagador de Promessas* (de Anselmo Duarte)

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11,com conectores tipo F

Informações técnicas:
- Freqüência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Patrocínio quer vetar menor de 16 anos em propaganda eleitoral

Presença de crianças e adolescentes em atividades do tipo pode trazer danos "à personalidade não totalmente estruturada", justifica ele

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto de lei que modifica o Código Eleitoral proibindo a presença de menores de 16 anos na propaganda eleitoral, seja essa participação gratuita ou remunerada. No caso de infração, o projeto do senador prevê pena de reclusão de cinco anos e pagamento de multa de 10 a 15 mil Ufirs. O projeto de lei deverá ser submetido à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter terminativo.

Carlos Patrocínio compara o uso de menores como cabos eleitorais à exploração do trabalho infantil

No entendimento de Carlos Patrocínio, o legislador constituinte foi bastante cuidadoso ao garantir na Constituição o amparo familiar, social e do Estado a crianças e adolescentes, acompanhando, assim, os ordenamentos jurídicos de outras nações democráticas e de tratados internacionais firmados pelo governo brasileiro.

O emprego de menores como cabos eleitorais ou formadores de opinião pública, à semelhança de outros trabalhos exercidos por crianças e adolescentes, tem nítido caráter de exploração, "com o claro objetivo de baratear a mão-de-obra", argumenta o senador na justificação de sua proposta. Na sua opinião, o emprego crescente de menores em campanhas eleitorais é prática nociva, "pelos graves danos à personalidade ainda não totalmente estruturada".

Projeto diferencia penas previstas para adulteração de remédios e de cosméticos

A fim de aperfeiçoar a aplicação da pena nos casos de delitos contra a saúde pública, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto de lei destinado a alterar o Código Penal no tocante ao crime de adulteração de produto terapêutico ou medicinal. A matéria vai ser apreciada em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A lei penal pune com dez a 15 anos de reclusão, além de multa, o ato de falsificar, corromper, adulterar ou alterar produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais. O projeto de Patrocínio reduz essa pena para um a oito anos de reclusão, além de multa, se os produtos forem cosméticos.

Em defesa de sua iniciativa, o senador argumenta que as leis brasileiras têm recebido críticas por ferirem o princípio da proporcionalidade das penas, "não distinguindo condutas leves das graves". Como exemplo, observou que o Código Penal fixa, para quem comete crime contra a saúde pública, a mesma pena imposta a quem falsifica cosmético.

Patrocínio citou juristas para observar que, ao agravar a conduta de falsificação de remédios e cosméticos, a lei é tão dura que pode deixar pequenos delitos, prejudiciais ao consumidor, impunes, devido à não-aplicação da lei. "O certo é que não podemos igualar a falsificação de remédios, que pode apressar a morte do doente, com a adulteração de cosméticos, que pode causar pequena lesão corporal", argumentou.

Francelino Pereira lamenta morte de médico mineiro

"Com profunda consternação", o senador Francelino Pereira (PFL-MG) lamentou a morte do médico Mário Ribeiro, de Montes Claros (MG). Irmão do senador Darcy Ribeiro, o médico, segundo Francelino, "era o amigo do povo inteiro, do qual se tornou o autêntico líder político, sendo eleito vereador e prefeito".

– Minas Gerais está um pouco mais pobre com o falecimento de uma de suas mais expressivas figuras, o Dr. Mário, o médico profundamente humanista e, por isso, estimado por todos os que ali vivem – afirmou Francelino.

Além de médico e político, disse Francelino, Mário Ribeiro notabilizou-se por ter fundado a Faculdade de Medicina de Montes Claros e a Universidade de Montes Claros (Unimontes).

– Envio, daqui do Senado, nossa mensagem de condolências à sua esposa, dona Jacy e a todos os seus familiares, bem como à população de Montes Claros e de todo o norte de Minas – declarou o senador.

Mário Ribeiro, disse Francelino, "era o amigo do povo inteiro, do qual se tornou autêntico líder"

Mauro pede medidas para fortalecer comércio exterior

Entre as ações sugeridas está a formação de um grupo de trabalho para estudar iniciativas que levem a uma "cultura exportadora"

A frustração na expectativa de que a balança comercial fecharia o ano em superávit levou o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) a propor que o governo crie imediatamente um grupo de discussão para sugerir um conjunto de medidas que fortaleça o Brasil nas suas relações comerciais com o exterior. Para ele, somente assim o país poderá criar uma cultura exportadora capaz de reverter o déficit de US$ 2 bilhões verificado este ano nas trocas internacionais.

– O governo não divulga, não orienta, não apóia, não ensina como exportar e ainda complica com a burocracia. Temos de reeducar a mentalidade empresarial do país para enfrentar o mundo globalizado. Acho indispensável promover a integração dos diversos setores oficiais ligados ao comércio exterior sob um comando único – afirmou o senador.

Mauro sugeriu que no grupo de estudos por ele proposto estejam presentes notáveis, como o ex-ministro Roberto Campos e o embaixador do Brasil na Itália, Paulo Tarso Flecha de Lima, além de representantes de universidades, trabalhadores, exportadores, diplomatas, ministérios envolvidos e sociedade civil.

O senador também propõe que seja criada uma "marca Brasil", não apenas para melhorar o marketing dos produtos brasileiros, mas como forma de atestar a sua qualidade. Ele considera fundamental a implantação da figura do "operador de exportações" para dar apoio aos microempresários.

– Pelo menos dois ministros, o da Agricultura (Pratini de Moraes) e o do Desenvolvimento (Alcides Tápias), estão mostrando posições firmes e idéias claras de que é necessário mudar o que foi feito até agora e estabelecer novas políticas de acesso de nossos produtos ao mercado internacional – declarou Mauro, que lamentou que seu estado, Goiás, cuja economia é atrelada ao setor agrícola, venha sendo prejudicado pela "timidez" demonstrada pelo país nas exportações.

"O governo não divulga, não orienta, não apóia, não ensina como exportar e ainda complica com a burocracia", diz Mauro Miranda

Senador registra duas datas comemorativas de Luziânia

Nos dias 13 e 31 de dezembro, o município de Luziânia, em Goiás, comemora, respectivamente, aniversários de fundação e de emancipação. As datas foram lembradas pelo senador Mauro Miranda, que traçou um histórico da formação da cidade, desde 1746, quando o bandeirante Antônio Bueno Neto encontrou algumas jazidas de ouro na região. Bueno Neto deu à localidade o nome de Santa Luzia, e somente em 1943 foi adotada a denominação de Luziânia.

Mauro Miranda destacou os atrativos, o potencial e a localização privilegiada de Luziânia, que fica a 62 quilômetros de Brasília e a 255 quilômetros de Goiânia, além de estar servida pelas BRs 040 e 050 e pela GO-010. Disse que Luziânia busca agora incrementar o turismo e, pela proximidade, já atrai brasilienses que possuem chácaras e fazendas no município para lazer nos fins de semana.

– Outro grande atrativo de Luziânia são os monumentos que contam sua história. Entre esses, destacam-se o sobrado defronte à Igreja Matriz, o prédio do Centro Cultural José Dilermando de Meirelles e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, construída espontaneamente por escravos e inaugurada em 1763. Os três monumentos são relíquias autênticas do período colonial e a igreja foi tombada pelo Instituto Histórico e Geográfico de Goiás em 1980 – informou.

Apesar disso, continuou o senador, a proximidade com o Distrito Federal fez com que a cidade passasse por um rápido crescimento, "de forma um tanto atabalhoada". Junto com as outras cidades do Entorno, observou, merece, por isso, atenção especial dos governos dos estados limítrofes e do governo federal.

No mesmo pronunciamento, o senador, que admitiu torcer pelo Vila Nova, clube de Goiânia, saudou a conquista do título de Campeão Brasileiro de Futebol da Série B, conseguida pelo Goiás Esporte Clube.

Mozarildo defende combate urgente ao desemprego

Não é possível esperar a retomada do desenvolvimento para diminuir o desemprego. O alerta foi feito pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), que defendeu iniciativas urgentes de combate ao desemprego, como forma de minorar o sofrimento do enorme contingente de desempregados do Brasil. "É preciso tomar medidas urgentes, sem constrangimento de defender o óbvio: se as pequenas e microempresas são as maiores geradoras de emprego no país, deve-se incentivá-las para que haja maior oferta de emprego", clamou.

Mozarildo Cavalcanti prega apoio às microempresas

Na avaliação de Mozarildo, o governo já tomou algumas medidas nesse sentido, como a adoção do Simples, que "baixou o custo para as pequenas empresas lidarem com a burocracia fiscal". Mas, para ele, há iniciativas que estão sendo implantadas e que "ainda não deslancharam", como o Fundo de Aval do Sebrae e o Fundo de Garantia para Promoção da Competitividade do BNDES, que se destinam a avalizar empréstimos bancários às pequenas empresas que desejem exportar.

Mozarildo lembrou que, ainda no âmbito do Sebrae, há um programa de microcrédito prevendo financiamento a pessoas de baixa renda que queiram abrir seu próprio negócio. "O programa conta com recursos da ordem de R$ 500 milhões e se destina especialmente a microempresas familiares, as maiores responsáveis pela geração de empregos no mercado informal", destacou.

O senador por Roraima defendeu, ainda, um programa de frentes de trabalho, como o que foi elaborado pela prefeitura de São Paulo, denominado bolsa-qualificação. "O desempregado recebe, por seis meses, a remuneração mensal de R$ 150, mais cesta básica. Durante quatro dias por semana, presta serviços de limpeza e conservação de infra-estrutura urbana e, no 5º dia, participa de curso de formação profissional".

– Embora tenha sido considerado como emergencial ou provisório, acredito que esse tipo de programa veio para ficar. Numa economia globalizada não haverá mais empregos para todos. Caberá, portanto, ao Estado garantir a sobrevivência dos desempregados crônicos, que, por seu nível precário de escolaridade, nunca encontrarão vaga disponível mo mercado de trabalho – avaliou Mozarildo Cavalcanti.

Ronaldo teme prejuízos à produção mineral da Paraíba

Temendo que a produção mineral paraibana volte a ser administrativamente dependente de Pernambuco, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) se disse apreensivo com as medidas tomadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) revogando a competência dos seus distritos e restabelecendo-a, no que se refere ao Nordeste, apenas para Bahia, Ceará e Pernambuco.

Povo paraibano não aceita retrocesso, afirma Ronaldo

O senador informou que o distrito da Paraíba recebeu de volta apenas parte de sua competência técnica, "o que leva a supor que está sendo iniciado o processo de sua desativação". A dependência de Pernambuco acarretará, na opinião do parlamentar, desencontro gerencial e inércia administrativa, prejudicando funções previstas na Constituição.

Conforme Ronaldo Cunha Lima, a Paraíba explora e exporta pedras semipreciosas, como a turmalina azul, que tem obtido grande aceitação no mercado internacional. Também disse que a notável variedade de granitos ornamentais vem, igualmente, atraindo investimentos para o estado. Ele fez ainda uma retrospectiva histórica da produção mineral paraibana, para demonstrar o quanto essa atividade econômica tornou-se importante para o estado.

Essa é a razão pela qual o senador diz que o povo paraibano não aceita agora um retrocesso rumo a uma situação de subordinação administrativa a Pernambuco. Em sua opinião, a Paraíba precisa incrementar sua produção mineral, aumentando o número de concessões de lavra e aprimorando a arrecadação de tributos no setor, a fim de gerar empregos e riqueza.

– Devemos responder, portanto, com um sonoro "nego" àqueles que, talvez inadvertidamente, pretendem retardar o desenvolvimento econômico, social e humano da Paraíba. Reivindicamos, assim, que não seja desativado o distrito do DNPM na Paraíba.

Luzia Toledo denuncia má qualidade dos serviços de telefonia no Espírito Santo

A senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) denunciou os "maus serviços" prestados pelas empresas de telefonia do estado do Espírito Santo, dizendo que as concessionárias pecam por impor métodos gerenciais de cima para baixo, "desrespeitando os direitos de todos os cidadãos". Para a senadora, se uma empresa não tem competência para prestar o serviço, "que saia do caminho e ceda o lugar para quem tem o preparo e o compromisso com as necessidades maiores da população".

Luzia Toledo informou que as empresas que controlam a telefonia no estado "vêm errando demais" e fazendo com que os usuários sofram pelos maus serviços prestados. Além disso, salientou, a população do estado já está cansada de, todos os dias, enfrentar imensas filas nas portas das empresas, num autêntico desrespeito aos direitos do consumidor.

"As empresas de telefonia do Espírito Santo padronizaram todo o sistema de administração visando uniformizar comportamentos totalmente distorcidos da nossa realidade", garantiu Luzia Toledo, para quem é preciso, em primeiro lugar, colocar a qualidade do serviço acima do lucro, o que não vem ocorrendo na área de telefonia no seu estado.

Luzia Toledo quer "qualidade do serviço acima do lucro"